

“CARA A CARA”

Experiências de luta e informação
junto à população LGBTQIAP+
indígena e quilombola no Brasil

ABRIL 2023



SUMÁRIO

RESUMO EXECUTIVO	3
BOX INFORMATIVO SOBRE SIGNIFICADO DA SIGLA LGBTQIAP+	6
METODOLOGIA E LIMITAÇÕES	7
PRINCIPAIS APRENDIZADOS	10
RECOMENDAÇÕES	12
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: GÊNERO(S) E SEXUALIDADE(S)	13
COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E CONFIANÇA	15
“DURANTE A PANDEMIA FOI MUITO DIFÍCIL MESMO, PORQUE MUITOS DELES TIVERAM QUE FICAR NESSA SITUAÇÃO DE CONVIVER DENTRO DE UMA FAMÍLIA QUE NÃO OS RESPEITA”	15
“FALANDO CARA A CARA, A GENTE PELA GENTE”	17
“A GENTE SEMPRE PENSA NO COLETIVO”	18
“A MAIORIA DAS PESSOAS QUE FIZERAM O MAIOR TRABALHO DENTRO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS ERAM PESSOAS DA SIGLA”	19
CONCLUSÃO	20
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22
ANEXOS	23
I. LISTA DE SIGLAS	23

RESUMO EXECUTIVO

Este documento é o resultado de um breve estudo realizado como parte do projeto [Enraizado na Confiança 2.0 Brasil \(EnC\)](#) pela ONG [Internews](#). Seu objetivo é identificar como são construídas as redes de mídia e informação compartilhadas pela população LGBTQIAP+ (lésbicas, gays, transexuais, transgêneros e travestis, queer, intersexuais, assexuais, panssexuais e mais) indígena e quilombola nos estados alcançados pelo projeto, com foco nos contextos de discriminação e posterior mobilização diante desses, dentro e fora de seus territórios.

Realizada entre setembro e dezembro de 2022, esta pesquisa abrange as regiões de Roraima, Pará, Amapá - estados onde o projeto EnC foi desenvolvido -, contando também com interlocutores dos estados do Acre, Ceará e Espírito Santo.

Dela, surgiu este Diagnóstico de Ecosistema de Informação (DEI), um documento desenvolvido para **impactar o setor humanitário, jornalistas e atores da mídia na compreensão dos diferentes riscos à segurança, aos direitos e ao bem-estar enfrentados pela comunidade LGBTQIAP+ indígena e quilombola no Brasil**. Também possui como objetivo apresentar como são criadas, disseminadas e compartilhadas algumas das estratégias de comunicação utilizadas como parte desse contexto de resistência e luta, além de indicar algumas ações possíveis para contribuir com elas. Boa leitura!



ENRAIZADO NA CONFIANÇA

Iniciado em fevereiro de 2022, o principal objetivo do projeto Enraizado na Confiança 2.0 Brasil (EnC) tem sido identificar e fortalecer o que chamamos de Ecossistemas de Informação junto a algumas comunidades indígenas e quilombolas dos estados do Amapá, Pará e Roraima, e desenvolver ações em resposta à “infodemia”¹ que acompanhou a pandemia da COVID-19.

O estudo apresentado neste documento surgiu quando o EnC já tinha cerca de seis meses de atividades. Foi, portanto, desenvolvido após a produção do [Relatório Nacional de Informação do Brasil](#) e dos [Relatórios de Informação Comunitária junto a algumas comunidades quilombolas e indígenas no Amapá, Pará e Roraima](#).

Com o objetivo de complementar seu escopo inicial, esta pesquisa teve como foco identificar e descrever as possíveis especificidades dos desafios enfrentados pela população LGBTQIAP+ indígena e quilombola, se possível nos estados atingidos pelo projeto, em relação à dinâmica de informação e comunicação sobre saúde, COVID-19 e desinformação.

No entanto, no decorrer das entrevistas e grupos focais realizados, os interlocutores participantes não trouxeram em seus discursos muitas experiências específicas relacionadas à pandemia da COVID-19, mas sim a necessidade de narrar suas respectivas **trajetórias de vida e experiências pessoais e comunitárias enquanto pessoas LGBTQIAP+ indígenas e quilombolas**, bem como os diferentes episódios de discriminação sofridos dentro e fora de seus territórios e, conseqüentemente, as posteriores ações de mobilização em relação a estes.

¹ Em 2020, a OMS (Organização Mundial da Saúde) classificou “infodemia” como sendo um excesso de informações, sendo algumas delas precisas e outras não, a ponto de dificultar o encontro de fontes idôneas e de orientações confiáveis, especialmente em momentos de crise sanitária.

Deste modo, fomos então construindo e adaptando a pesquisa de acordo com os interesses e demandas trazidos pelos próprios interlocutores, de modo que seus resultados fizessem sentido e pudessem ser de fato relevantes para os contextos que então se apresentavam. Foi possível identificar importantes características e necessidades na dinâmica de informação e comunicação em torno destas experiências indígenas e quilombolas LGBTQIAP+ que se destacaram em relação ao recorte original da pesquisa sobre saúde e COVID-19, além de algumas recomendações de ações futuras para fortalecer suas ações comunicativas.



O fato do tema da COVID-19 não aparecer nessas narrativas não apenas apontou os caminhos mais relevantes para esses grupos aos quais deveríamos seguir, como não impediu que alcançássemos o objetivo inicial do estudo que era, principalmente, entender como e através de quais meios de comunicação esses grupos e indivíduos LGBTQIAP+ construam suas redes de recebimento e compartilhamento de informação, e quais eram os principais desafios a serem enfrentados.

Nessas narrativas, os pontos que se destacaram como os principais aprendizados foram os papéis de liderança e engajamento comunitário desempenhado por praticamente todos os interlocutores participantes da pesquisa, as maneiras como eles se organizam e se acolhem enquanto grupo, as visões que compartilham sobre o que é ser LGBTQIAP+ nos contextos internos específicos de cada uma de suas comunidades, suas estratégias de mobilização e compartilhamento de informações dentro das comunidades sobre experiências LGBTQIAP+, além de suas ideias para aumentar e qualificar o alcance dessas ações de comunicação não apenas sobre a temática LGBTQIAP+, mas sobre a luta dos povos originários no geral.

Apesar da redefinição do recorte e objetivos, este IEA apresenta resultados e reflexões de um estudo indicativo que consideramos um ponto de partida crucial para uma análise mais profunda e para ações de engajamento imediatas.

Adiante apresentaremos a metodologia utilizada, as limitações encontradas, os principais aprendizados, recomendações de ações de engajamento voltadas para o setor humanitário, jornalistas e comunicadores, e uma lista de referências e indicações de leitura, além dos contatos dos principais interlocutores deste trabalho e outras associações atuantes nesta importante temática. Boa leitura!

MAS O QUE É UM ECOSISTEMA DE INFORMAÇÃO?

Ecosistemas de Informação não são apenas conjuntos de redes de notícias, meios de comunicação e canais de informação. No projeto Enraizado na Confiança, compreendemos Ecosistemas de Informação enquanto a maneira como as pessoas consomem, produzem, contribuem, interagem e se comportam em torno dos fluxos de informação que circulam entre elas. Estes fluxos são construídos e compartilhados principalmente na base da confiança que, somadas às redes de informação e mídia, irão compor o Ecosistema de Informação.

Por essa razão, nosso projeto é centrado na escuta e no envolvimento ativo das comunidades e parceiros com quem atuamos, de modo a valorizar o caráter dinâmico, contextual e diverso próprio de cada ecossistema, que só pode ser compreendido e adequadamente abordado a partir da participação atuante daqueles que o integram.

Uma vez identificados esses ecossistemas, acreditamos que através de atividades de aproximação, escuta, engajamento e capacitação focadas na temática dos meios de informação, análise de rumores e desinformação, COVID-19 e vacinação, é possível contribuir para que essas redes se tornem cada vez mais autônomas, seguras e saudáveis diante dos desafios impostos, sobretudo, pela circulação das fake news.

APRENDIZADOS

Os principais aprendizados do estudo se concentraram em três áreas principais:

1. Os objetivos e as trajetórias dos chamados "coletivos", grupos unificados que se reúnem e se organizam a partir de iniciativas de membros das comunidades para enfrentar e se mobilizar contra contextos discriminatórios ou necessidades específicas de suas comunidades.
2. As formas de discriminação enfrentadas pela comunidade LGBTQIAP+ e os desafios enfrentados na mobilização efetiva de apoio e resistência.
3. As formas diretas e indiretas de compartilhar informações e apoio dentro dos coletivos LGBTQIAP+, incluindo comunicação digital, mídia social e reuniões presenciais.

RECOMENDAÇÕES

A recomendações para o setor humanitário, jornalistas e atores de mídia se organizam em três eixos de ação:

1. Priorizar estratégias de comunicação cara-a-cara, isto é, desenvolvidas presencialmente nas comunidades, como rodas de conversa, e sempre de maneira colaborativa com seus membros a partir das suas próprias demandas ("nada sobre nós, sem nós");
2. Apoiar as iniciativas de comunicação já existentes nas comunidades por meio de recursos e equipamentos de comunicação audiovisual, oficinas de formação e capacitação em comunicação, treinamento no uso das ferramentas e aplicativos de mídia, e apoio na demanda e garantia de acesso das comunidades às redes

de energia elétrica e Internet estáveis e de qualidade;

3. Criar bancos de dados acessíveis que mapeiem e reúnam dados da população LGBTQIAP+ indígena e quilombola, como suas experiências e necessidades, além dos coletivos existentes e ativistas atuantes, reunindo assim os recursos informativos necessários para possibilitar maior comunicação, acesso e mobilização eficazes junto às suas demandas.



BOX INFORMATIVO SOBRE SIGNIFICADO DA SIGLA LGBTQIAP+

Antes de conhecermos os significados das siglas do movimento LGBTQIAP+, é importante sabermos que elas possuem diversas variações de grafia possíveis, com letras a mais ou a menos (como LGBTQIAP+ ou LGBT, por exemplo). Isto porque é próprio do movimento, necessariamente fruto de processos históricos, políticos e sociais, reconhecer que a temática sobre gênero e sexualidade é **dinâmica, plural e contextual**, atualizando-se de forma viva conforme as mudanças experimentadas social e coletivamente. O importante é compreender a sigla como uma ferramenta para garantir o respeito e reconhecimento

à pluralidade da sociedade, e não como algo fixo, impositivo, normativo ou limitante.

Orientação sexual é definida por quem cada pessoa se sente atraída afetiva e sexualmente, enquanto **identidade de gênero** diz respeito à maneira como a pessoa se enxerga e se identifica. Os termos **cis** ou **trans**, de cisgênero e transgênero, referem-se à identificação ou não que uma pessoa possa ter com o gênero que lhe fora atribuído no nascimento.

LÉSBICAS: Pessoa que se identifica como mulher e possui atração afetivossexual por pessoas que também se identificam como mulheres, sejam cisgêneros ou trans. É uma orientação sexual.

BISSEXUAIS: Pessoa que sentem atração afetivossexual por pessoas que se identifiquem com qualquer gênero. É uma orientação sexual.

QUEER: Termo emprestado do inglês que se refere à pessoa que ou transita entre ambos, ou não deseja ou não se identifica com padrões de sexualidade ou gênero, enxergados como rótulo limitantes da expressão identitária e sexual. Também pode significar "questioning" ("questionando"). É tanto sobre orientação sexual quanto sobre identidade de gênero.

ASSEXUAL: Pessoa que não sente atração sexual por qualquer identidade de gênero. É uma orientação sexual.

+: Acolhe todas as demais siglas, isto é, todas as diversas possibilidades de orientação sexual e identidade de gênero que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo, e que não aparecem em destaque antes do símbolo.

L

G

B

T

Q

I

A

P

+

GAYS: Pessoa que se identifica como homem e sente atração afetivossexual por outras pessoas que também se identificam como homem, cis ou trans. É uma orientação sexual.

TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS: Pessoa que se identifica com gênero diverso daquele atribuído no nascimento. Algumas pessoas trans recorrem a tratamentos médicos, que vão da terapia hormonal à cirurgia de redesignação sexual, sendo as expressões "homem trans" e "mulher trans" bastante utilizadas na comunidade. É uma identidade de gênero.

INTERSEXUAIS: Pessoa que apresenta variações clínicas relacionadas aos cromossomos ou órgãos reprodutivos e/ou sexuais. É um termo guarda-chuva que descreve pessoas cujo desenvolvimento sexual corporal não corresponde à norma binária. É uma identidade de gênero.

PANSEXUAL: Pessoa que sente atração afetivossexual por qualquer sexo ou identidade de gênero.

METODOLOGIA E LIMITAÇÕES

A importância e, ao mesmo tempo, a falta de dados consistentes acerca das necessidades e desafios específicos da comunidade LGBTQIAP+ durante a pandemia da COVID-19 resultaram na nossa decisão de aprofundar a compreensão de como esses grupos buscam e compartilham informações. Como tal, a pesquisa resultou em um estudo paralelo e complementar, e que pretendemos que sirva como a base de um escopo preliminar de pesquisa sobre a experiência LGBTQIAP+ indígena e quilombola no Brasil.

Para realizarmos esta empreitada, privilegiamos uma **abordagem etnográfica** que permitisse a construção dos dados de maneira qualitativa, com foco em pesquisa bibliográfica, entrevistas individuais abertas e grupos focais com pessoas indígenas e quilombolas que se identificassem como LGBTQIAP+. Como roteiro chave, as entrevistas e grupos focais foram conduzidos a partir de perguntas e conversas em torno das necessidades e lacunas de informação, meios de comunicação preferidos e mais utilizados, barreiras no acesso e compartilhamento de informação e outros tópicos a estes relacionados.

Foi durante as primeiras entrevistas e após a realização do primeiro grupo focal que percebemos a necessidade de mudar a abordagem metodológica sobre mídia e informação em torno da COVID-19 como tema principal, para então ouvir os **tópicos trazidos como mais relevantes segundo os próprios participantes, como discriminação, violência e suas estratégias de organização**. O roteiro das perguntas e as questões a serem discutidas foram progressivamente adaptados para alcançar as demandas dos grupos de interlocutores, permitindo assim a construção de uma relação de pesquisa adequada às suas realidades e aos seus interesses.

Por exemplo, em vez de nos concentrarmos em perguntar sobre certos rumores que circulavam sobre e durante a pandemia, propusemos em um grupo focal uma



dinâmica na qual uma bandeira LGBTQIAP+ era passada de participante para participante, para que cada um pudesse falar sobre o que ela representava para eles e suas experiências de vida, numa tentativa de demonstrar nosso acolhimento e também mapear como e quais informações sobre o tema da pesquisa chegaram em cada um dos interlocutores.

Por conta da sensibilidade do tema, tanto pelas altas taxas de violências cometidas contra a população LGBTQIAP+, indígena e quilombola, quanto pela **heterogeneidade na construção cultural de cada povo nas suas definições**

e experiências em relação à sexualidade e gênero, definimos que nossos interlocutores seriam pessoas indígenas e quilombolas que se identificassem como LGBTQIAP+ e fossem atuantes em associações ou ativistas nesta temática. A dificuldade de encontrar interlocutores também foi importante para decidirmos não nos limitar apenas aos parceiros, comunidades e estados em que o EnC atua.

METODOLOGIA E LIMITAÇÕES



Os interlocutores deste estudo são, portanto, pessoas que já trilharam um caminho público, de modo que nosso contato, sua participação e a posterior publicação deste trabalho não as expusessem a qualquer risco dentro e fora de seus territórios e espaços de acolhimento, além de identificarmos esta oportunidade como sendo um mecanismo em si mesmo de apoio e divulgação de suas atividades.

Importante dizer que, não só devido às condições já

mencionadas, mas também em razão do pouco tempo disponível para a realização da pesquisa, não foi possível demarcar elementos de interseccionalidade no momento da seleção dos participantes e tampouco na análise dos dados coletados posteriormente (tais como escolaridade, classe social ou passibilidade, marcadores que consideramos importantes de serem observados e abordados em estudos futuros). Privilegiamos o interesse dos interlocutores em discutir a questão LGBTQIAP+ demonstrado por seu ativismo público, e a diversidade em termos de gênero e sexualidade dos mesmos.

Nossa rede de interlocutores foi construída através do método de amostragem “bola de neve”, no qual cada interlocutor ia sendo indicado pelo contato anterior e assim sucessivamente. Começamos pela pesquisa online de associações e indivíduos no perfil mencionado, além de consultar a própria rede de relações e de conhecimento de todos os membros da equipe do EnC e dos demais parceiros do projeto.

A quantidade e quem seriam os interlocutores foi definida pelo retorno no contato, pela disponibilidade de suas agendas e pelo prazo determinado para a realização da pesquisa. **Ao todo, foram realizadas 7 entrevistas individuais, todas conduzidas de maneira remota, e 3 grupos focais, todos realizados presencialmente, sendo um no Amapá, um em Roraima e um no Pará. Foram 35 participantes diretos no total.**

ENTREVISTAS E GRUPOS FOCAIS

Todos os entrevistados se identificavam como LGBTQIAP+, com exceção de uma entrevistada que se identificava como mulher cis hétero. Os demais se identificaram como mulher trans, homem cis gay e mulher cis lésbica. Todos eram indígenas ou quilombolas, cujas comunidades estavam localizadas em 6 diferentes estados brasileiros (Espírito Santo, Ceará, Acre e Roraima - comunidades indígenas; Amapá e Pará - comunidades quilombolas).

Já nos grupos focais participaram indígenas, quilombolas e pessoas não-indígenas e não-quilombolas que eram ativistas e lideranças no movimento LGBTQIAP+. Nos grupos focais realizados no Amapá e no Pará, com membros de comunidades quilombolas, tivemos a participação de algumas pessoas que se identificavam como mulheres e homens cis hétero, todos representando papéis de liderança em suas comunidades e associações que manifestaram o interesse em se aprofundar e desenvolver ações de fortalecimento na temática LGBTQIAP+. A maioria, no entanto, se autoidentificou como pertencente à sigla. Participaram pessoas que se identificavam como mulher trans, homem trans, homem cis gay, mulher cis lésbica, mulher cis bissexual e mulher cis pansexual.

O primeiro grupo focal foi realizado na comunidade quilombola do Carvão, localizada no município do Mazagão, a mais ou menos 200km de Macapá - AP, e contou com 13 participantes. O último grupo focal foi realizado na sede da Malungu, na cidade de Belém - PA, e contou com 8 participantes.

Nos grupos focais realizados no Amapá e no Pará, seus participantes eram todos quilombolas, com a maioria autoidentificados como LGBTQIAP+, mas também membros das comunidades que não pertenciam à sigla. Estes



METODOLOGIA E LIMITAÇÕES

encontros foram articulados em conjunto pela equipe do EnC e, respectivamente, a CONAQ-AP e a Malungu. Ambas as associações quilombolas tem como ações previstas a elaboração de documentos e dados que sirvam de apoio para a criação de coordenações específicas sobre a população LGBTQIAP+ quilombola em seus territórios, sendo esses grupos focais os primeiros eventos realizados sobre a temática.

Já o grupo focal realizado em Roraima foi composto inteiramente por pessoas que se identificavam como LGBTQIAP+, contando com o total de 8 participantes. Participaram indígenas e não-indígenas, sendo estes últimos representantes das principais associações LGBTQIAP+ do Estado de Roraima (Grupo Athenas Cores, ATERR e Grupo Diversidade), além de outras pessoas também pertencentes à sigla que são ativistas do movimento. O grupo foi realizado na capital do estado, Boa Vista.

No momento de organização dos grupos focais, em razão dos contextos já anteriormente apresentados, utilizamos a abordagem de realizar os convites para as comunidades sem estabelecer nenhum tipo de questionário que os solicitasse uma identificação direta sobre sua sexualidade e identidade de gênero. Nossa ideia foi construir um espaço seguro para que aqueles que se sentissem confortáveis pudessem partilhar suas experiências e identidades quando, como e se quisessem. Assim sendo, embora muitos dos participantes tenham se expressado desta forma, não foi possível indicar com precisão a sexualidade de todos para fins de registro quantitativo. Abaixo, apresentamos uma estimativa conforme as categorias trazidas pelos próprios interlocutores para se autoidentificarem.

Para fomentar o acesso e a reciprocidade com nossos participantes da pesquisa, estabelecemos o objetivo de tornar o documento de pesquisa publicamente disponível online e aberto a contribuições e observações ao longo da sua elaboração. O documento final também será compartilhado com os interlocutores, de modo a facilitar esta devolutiva e manter o contato para outras futuras contribuições.

Quantitativo de entrevistas e grupos focais, indicando localidade, etnia, comunidade quilombola e etc

12 HOMENS CIS GAYS



6 MULHERES CIS LÉSBICAS



2 MULHERES TRANS



1 HOMENS TRANS



3 MULHERES CIS BISSEXUAIS



1 MULHERES CIS PANSEXUAIS



9 HOMENS/MULHERES CIS HÉTERO



LIMITAÇÕES

As limitações deste estudo se deram em grande parte em razão do curto prazo disponível para a coleta de dados. O tempo limitado (4 meses) impôs a impossibilidade de realizar mais reuniões, entrevistas e grupos focais, que permitiriam aprofundar e detalhar melhor as questões já discutidas, e não apenas com novos interlocutores, mas principalmente com aqueles que já eram parte da pesquisa. Manter o contato para segundas entrevistas e grupos focais com os mesmos participantes seria importante para retomar com mais detalhes os eventos e ações de mídia e comunicação realizadas e narradas por eles dentro de suas comunidades acerca do tema LGBTQIAP+, ou mesmo para propor parcerias na organização dessas rodas de conversa, além de que permitiria o cruzamento de informações e experiências ouvidas de outros participantes.

Em 2021, o Dossiê sobre Mortes e Violência contra LGBTQIAP+ no Brasil (ACONTECE; ANTRA; ABGLT) realizou o levantamento de 316 mortes violentas, entre homicídios, roubos e suicídios, sendo 45% das vítimas homens gays e 44% mulheres trans.

Em termos bibliográficos, consideramos que a discussão da temática LGBTQIAP+ junto a comunidades indígenas e quilombolas, em termos de um contexto político contemporâneo é ainda muito recente e pouco extensa, além da ausência de dados quantitativos sobre esse recorte populacional e identitário - que também configura mais uma

METODOLOGIA E LIMITAÇÕES

limitação metodológica deste estudo.

Por estas razões, não há dados oficiais sobre porcentagens da população indígena e quilombola LGBTQIAP+ no Brasil. Inclusive, mesmo os dados do censo geral sobre a população indígena e quilombola no Brasil são por si só bastante negligenciados pelos órgãos públicos responsáveis, sendo muitas vezes mais efetivo buscar estas informações em grupos acadêmicos, coletivos jornalísticos independentes e outras organizações que defendem os direitos indígenas e quilombolas. Entretanto, dada a heterogeneidade destas experiências sobre gênero e sexualidade, especialmente entre os mais de 300 diferentes povos indígenas no território brasileiro, acreditamos que estes tipos de dados devem ser construídos de forma qualitativa.

Além disso, a segurança e a privacidade destas populações também devem ser consideradas em primeiro lugar, devido aos altos índices de violência e vulnerabilidade experimentados pela população LGBTQIAP+ no Brasil. Mesmo que reconhecidamente subnotificados em termos de registros policiais e de divulgação na grande mídia, como mostram os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, os registros de homicídios criminais contra a população LGBTQIAP+ cresceram 10% entre 2017 e 2018. Contudo, mais da metade dos estados brasileiros não relatou números sobre violência contra a comunidade, o que demonstra a subnotificação e implica um número bem maior de violências na prática. Em 2021, o Dossiê sobre Mortes e Violência contra LGBTI+ no Brasil (ACONTECE; ANTRA; ABGLT) realizou o levantamento de 316 mortes violentas, entre homicídios, roubos e suicídios, sendo 45% das vítimas homens gays e 44% mulheres trans.

Este trabalho, portanto, não deve ser considerado como um mapa em si, mas sim como uma contribuição para a construção de um necessário e mais complexo mapeamento. E embora seja constantemente reforçado no texto o seu caráter indicativo, é seguro dizer que dele foi possível alcançar importantes considerações sobre a população LGBTQIAP+ indígena e quilombola no Brasil, compartilhadas a seguir.



PRINCIPAIS APRENDIZADOS

Como mencionamos, os principais aprendizados desta pesquisa giram em torno de três categorias principais:

1. Os objetivos e as trajetórias dos chamados "coletivos", grupos unificados que se reúnem e se organizam a partir de iniciativas de membros das comunidades para enfrentar e se mobilizar contra contextos discriminatórios ou necessidades específicas de suas comunidades.

2. As formas de discriminação enfrentadas pela comunidade LGBTQIAP+ e os desafios enfrentados na mobilização efetiva de apoio e resistência.

3. As formas diretas e indiretas de compartilhar informações e apoio dentro dos coletivos LGBTQIAP+, incluindo comunicação digital, mídia social e reuniões presenciais.

Apresentamos a seguir o desdobramento destas constatações.

COLETIVOS

Uma organização enquanto movimento LGBTQIAP+ entre as comunidades indígenas e quilombolas é bastante recente e em construção. A dificuldade de construir uma rede de interlocutores para este estudo e, posteriormente, as narrativas dos participantes, demonstram tanto a heterogeneidade quanto a sensibilidade do tema de gênero e sexualidade dentro das comunidades indígenas e quilombolas, que não devem ser tomadas como uma experiência única;

Os poucos movimentos existentes nesse sentido são comumente chamados de "coletivos". Os coletivos são

grupos organizados que reúnem indivíduos mobilizados sob uma causa comum. No contexto indígena LGBTQIAP+, notamos ser comum o surgimento inicialmente virtual, para então serem realizadas posteriores encontros e assembleias. Nesta pesquisa, falamos com representantes do Coletivo Tibira e do Coletivo Caboclas, por exemplo, que são os maiores coletivos indígenas LGBTQIAP+ para resistência, acolhimento e informação em nível nacional;

Em geral, esses coletivos ou as ações individuais de ativistas em torno do tema LGBTQIAP+ dentro de suas comunidades indígenas e quilombolas têm origem a partir de algum episódio de preconceito vivido por eles ou por algum membro da comunidade, desencadeando então diferentes ações de mobilização e comunicação;

Essa mobilização geralmente ganha força durante um movimento muito típico compartilhado entre a maioria dos interlocutores, que é o de deixar temporariamente sua comunidade, seja por causa do episódio de discriminação, seja para estudar em nível universitário ou trabalhar, possibilitando a construção de novas redes de interação e acolhimento com outras pessoas LGBTQIAP+, e fortemente também através de redes sociais (especialmente Facebook e Instagram);

Na maioria das vezes, o momento de retorno a suas comunidades é marcado pela importância que os interlocutores atribuem a dar continuidade às lutas desenvolvidas em e por seus territórios. No caso do tema LGBTQIAP+, todos os interlocutores relataram considerar importante tratá-lo em suas comunidades após suas experiências e aprendizados. Embora reconheçam que esta é uma tarefa difícil e delicada dentro dos territórios, a maioria dos interlocutores indígenas das entrevistas relataram realizar ações locais sobre as experiências LGBTQIAP+ e os interlocutores quilombolas expressaram necessidade de organizar tais encontros;

DEMANDAS E DESAFIOS NAS COMUNIDADES

De acordo com os interlocutores quilombolas, os grupos focais realizados no decorrer da pesquisa foram a primeira vez que lhes foi dada a oportunidade de discutir as necessidades da população LGBTQIAP+ em seus territórios, embora esta tenha sido uma demanda de longa data por parte de alguns membros destas associações;

As principais questões e desafios relatados pelos entrevistados incluíram:

- Violência e discriminação por serem LGBTQIAP+;
- "Piadas" depreciativas;
- Ameaças de "espancamentos corretivos";

o Isolamento de suas famílias por parte de alguns representantes das igrejas cristãs em suas comunidades.

Desafios específicos durante a pandemia da COVID-19:

- Confronto direto e preconceito devido ao isolamento social em casa;
- Aumento do risco de serem expulsos de suas casas devido a conflitos familiares causados por preconceitos;
- Deterioração na qualidade de vida e saúde mental devido a restrições de mobilidade;
- A violência em casa e a obrigação de terem que "esconder" suas sexualidades durante o isolamento dentro de suas casas.

REDES DE INFORMAÇÃO

✦ O formato mais importante para a divulgação de informações é o presencial (cara-a-cara), especialmente rodas de conversa. As informações passadas pessoalmente e em eventos realizados dentro das próprias comunidades são os que os interlocutores consideram mais importantes e confiáveis;

✦ As necessidades de comunicação incluem a divulgação de informações relacionadas à saúde e à segurança das populações LGBTQIAP+, especialmente atualizadas sobre as iniciativas existentes de abrigo e acolhimento para pessoas expulsas de suas casas;

✦ Nesse contexto, nas ações de compartilhamento de informação é possível identificar dois focos: promover reflexões e esclarecimentos sobre o que é ser LGBTQIAP+, e criar um espaço acolhedor para outros LGBTQIAP+;

✦ Os coletivos se comunicam através de redes sociais (especialmente Facebook e Instagram) e grupos de Whatsapp. Em termos de divulgação e consumo de informações, tanto os coletivos, destacando neste estudo o Coletivo Tibira (mais de 30.000 seguidores no Instagram) e o Coletivo Caboclas (quase 3.000 seguidores no Instagram), quanto os perfis pessoais dos interlocutores nas redes sociais (Instagram e Facebook) são normalmente utilizados para ações de divulgação. Entretanto, os meios mais utilizados são os grupos WhatsApp e privilegiam os eventos organizados presencialmente nas comunidades, muito difundidos por boca a boca;

✦ Falando especificamente sobre os interlocutores indígenas a partir das entrevistas, também foi possível identificar que existem ações "para dentro" e "para fora", isto é, ações que são pensadas para dentro dos territórios e seus membros étnicos, e outras ações que são pensadas para fora dos territórios e voltadas para as relações com as populações não-indígenas e não-quilombolas.

✦ Fatores logísticos, como o fornecimento precário de eletricidade e Internet nas regiões dos territórios, a instabilidade ou ausência de sinal wi-fi ou móvel, bem como fatores sociais, como a forma como as comunidades desenvolvem suas redes de confiança e compartilhamento de informações, parecem ser os desafios enfrentados para implementar outros meios de comunicação que não os meios presenciais;

✦ Finalmente, os movimentos indígenas e quilombolas envolvidos com a causa nem sempre avaliam positivamente a cobertura feita pela mídia tradicional. Como demonstrado nos diagnósticos do EnC anteriores a esta pesquisa, a maioria dos meios de comunicação tradicionais pertencem a grupos fortemente ligados a interesses do agronegócio, interesses religiosos e políticos. Estes grupos são proprietários ou acionistas de diferentes veículos de comunicação em todo o país, desde TV e Rádio até portais de notícias on-line. Isto impede que os povos indígenas e quilombolas confiem nos grandes jornais locais como fontes de informação, de modo que eles organizaram suas próprias estratégias para garantir e comunicar a defesa de seus direitos e territórios.

O território está cada vez mais tendo acesso à internet, acho que 40% das pessoas aqui já têm acesso à internet, por exemplo. Eu acho que tanto associações, quanto ONGs devem estar investindo nessa área da comunicação, pensando em podcasts por exemplo, ou séries curtas sobre populações LGBT, agroecologia, temas que são importantes a essas comunidades que a gente quer alcançar.

É sempre bom a gente estar pensando nessas junções com outras pessoas para que a gente possa estar conhecendo também para quem sabe... a gente sempre luta pelo nosso território, por esse rio que nos banha, por essa floresta que nos dá um ar tão puro, então é importantíssimo a gente estar sendo ouvido também, mas também estar nesse processo de construção, tanto daqui quanto daí. Isso realmente é importante, a gente estar unidos, mas que a gente possa um escutar o outro.

LEONALDO BRANDÃO, QUILOMBOLA DA COMUNIDADE MÉDIO ITACURUÇÁ (PA), COORDENADOR LOCAL DA ARQUIA - ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DAS ILHAS DE ABAETETUBA E MEMBRO DA ADQ-UFPA.

RECOMENDAÇÕES

RECOMENDAÇÕES GERAIS

❖ RECOMENDAÇÕES GERAIS

1. Priorizar estratégias de comunicação cara-a-cara, isto é, desenvolvidas presencialmente nas comunidades, como rodas de conversa, e sempre de maneira colaborativa com seus membros a partir das suas próprias demandas (“nada sobre nós, sem nós”);

2. Apoiar as iniciativas de comunicação já existentes nas comunidades por meio de recursos e equipamentos de comunicação audiovisual, oficinas de formação e capacitação em comunicação, treinamento no uso das ferramentas e aplicativos de mídia, e apoio na demanda e garantia de acesso das comunidades às redes de energia elétrica e Internet estáveis e de qualidade;

3. Criar bancos de dados acessíveis que mapeiem e reúnam dados da população LGBTQIAP+ indígena e quilombola, como suas experiências e necessidades, além dos coletivos existentes e ativistas atuantes, reunindo assim os recursos informativos necessários para possibilitar maior comunicação, acesso e mobilização eficazes junto às suas demandas.

❖ PARA O SETOR HUMANITÁRIO, JORNALISTAS E ATORES DE MÍDIA

❖ Priorizar ações que tenham como característica principal serem desenvolvidas presencialmente nas comunidades, sempre de maneira colaborativa com as mesmas a partir das suas próprias demandas (“nada sobre nós, sem nós”);

❖ A demanda mais recorrente nas falas dos interlocutores, tanto dos entrevistados quanto dos participantes dos grupos focais é de que essas ações sejam promovidas no formato de rodas de conversa dentro das comunidades;

❖ Apoiar a criação de coordenações específicas que tratem sobre as necessidades de suas populações LGBTQIAP+ junto às pessoas e associações envolvidas nas entrevistas e grupos focais do estado do Amapá e Pará (ADQ-UFGA, CONAQ Amapá e Malungu), conforme fora informado pelas suas respectivas lideranças;

❖ Apoiar as iniciativas de comunicação já existentes nas comunidades com equipamentos de comunicação audiovisual, e por meio de oficinas de formação e capacitação em comunicação, e treinamento tanto no uso das ferramentas e aplicativos de mídia, como na atuação de coleta e divulgação de informações;

❖ Atuar junto às comunidades fortalecendo suas demandas de criação de bancos de dados que reúnam contatos de associações e ativistas do movimento LGBTQIAP+ quilombolas e indígenas, bem como na produção de um censo independente que possa mapear essa população e seus contextos específicos, conforme suas demandas. Dados sobre violência, mas também sobre nível educacional, taxas de emprego, envolvimento em atividades de liderança e engajamento comunitário seriam importantes para qualificar e apontar as ações e papéis da comunidade LGBTQIAP+ dentro de seus territórios, e os tratamentos que recebem.

❖ Apoiar iniciativas de mobilização para o fortalecimento de pontos importantes de conectividade, como o próprio acesso a dispositivos eletrônicos, como telefones celulares e notebooks, sinal de Internet e eletricidade de qualidade e estáveis, facilitaria a disseminação de informações e comunicação dentro e fora dos territórios;

❖ Fortalecer pontos importantes de acessibilidade como o próprio acesso a dispositivos eletrônicos, como telefones celulares e notebooks, sinal de Internet e eletricidade de qualidade e estáveis, facilitaria a disseminação de informações e comunicação dentro e fora dos territórios;



ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: GÊNERO(S) E SEXUALIDADE(S)

Para discutir e apresentar nossos dados, há importantes considerações a serem feitas sobre o tema de gênero e sexualidade tanto nas vivências indígenas e quilombolas, quanto na chamada “sociedade nacional”, de onde vem a própria sigla LGBTQIAP+. Essas considerações são fruto não apenas da pesquisa bibliográfica realizada, que privilegiou dados de diversos institutos de pesquisa independentes e acadêmicos, além de artigos científicos produzidos na área da antropologia brasileira, como foram levantadas pelos interlocutores participantes do estudo.

Contextos históricos, políticos e sociológicos devem ser levados em consideração nesta reflexão, uma vez que **cada comunidade possui suas próprias regras, noções e tradições**, especialmente em se tratando de comunidades indígenas. Embora este não seja o tema principal deste relatório, ele o atravessa teórica e metodologicamente, de modo que recomendamos aos interessados a leitura das nossas referências bibliográficas ao final deste documento para maior aprofundamento na discussão.

Ainda assim, o que cabe destacar neste documento é a importância de compreendermos que **gênero e sexualidade são experiências culturais e sociais, e não dados estáticos ou supostamente “biológicos”**. As concepções e categorias sobre elas devem, portanto, ser compreendidas como possibilidades diversas e dinâmicas de ser e viver, de modo que cada sociedade possui em sua cultura a sua moral sexual, regras, tabus e liberdades em relação às práticas sexuais e às suas categorias de gênero e identidade.

No caso específico das comunidades indígenas e quilombolas no Brasil, não há como ignorar os reflexos da colonização e conseqüentemente das religiões cristãs nas relações estabelecidas entre esses grupos e os grupos não-indígenas e não-quilombolas, nos termos de suas expressões sobre gênero e sexualidade hoje.

“Acho que grupo focal é uma ótima forma da gente compartilhar essas informações, porque acho que tudo começa quando a gente se entende, porque a partir do entendimento de que a gente não é uma aberração, não é errado, não é uma opção - e também entender que o processo de colonização que impactou dentro das comunidades fez com que reproduzisse essas violências - é um passo também. A partir das informações, desse entendimento, de ser esse corpo dissidente, de entender o seu próprio corpo, entender toda essa narrativa, é uma estratégia. Porque se a gente também consegue trazer isso para as bases, a gente decoloniza esse pensamento, não faz com que as pessoas se sintam privadas de ser elas mesmas.”

DANILO TUPINIKIM, INDÍGENA TUPINIQUIM DA COMUNIDADE INDÍGENA CAIEIRAS VELHA (ES), UM DOS FUNDADORES DO COLETIVO TIBIRA.

A **lógica colonialista** da coroa portuguesa, principalmente, não se baseava apenas na exploração e submissão dos povos indígenas escravizados e dos povos africanos em termos de sua força de trabalho. Tudo o que diferia de seus modelos de parentesco, sexualidade, moralidade, religiosidade e ciência era proibido, criminalizado e controlado por meio de diversas e intrincadas relações de força e poder estabelecidas como resultado da colonização. O que os jesuítas e os portugueses batizavam como promiscuidade ou bigamia, por exemplo, era frequentemente parte de um complexo sistema sagrado ou de organização política e social para os povos indígenas.

No entanto, a antropologia nos ensina que essas relações de opressão e sujeição são bem mais complexas do que podem parecer a um primeiro olhar, de modo que para toda forma de violência e dominação há, ao mesmo tempo, reações e espaços de resistência, disputa, reinterpretções e negociações.

Como destacado pelos participantes da pesquisa, a luta LGBTQIAP+ deve ser entendida como a luta pelos direitos e territórios indígenas e quilombolas, já que ambos são inseparáveis de um pensamento pós-colonial que provoca reflexões sobre o direito à diversidade de ser e viver no mundo.

Assim sendo, o que queremos dizer é que cada povo indígena e quilombola, e principalmente os povos indígenas, possui seus próprios marcadores de sexualidade e gênero, assim como a sociedade não-indígena e não-quilombola ocidental possui. A própria sigla (LGBTQIAP+) e toda a sua trajetória política, histórica e social pertence a um contexto social específico que, muitas vezes, não encontrará simetria dentro de uma comunidade indígena ou quilombola.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES: GÊNERO(S) E SEXUALIDADE(S)



Contudo, o recorte que utilizamos para conduzir este estudo é justamente a partir das relações e interações estabelecidas entre pessoas representantes das lutas dos povos indígenas e quilombolas e que se autoidentificam como LGBTQIAP+², ou seja, pessoas e grupos para os quais a linguagem LGBTQIAP+ faz sentido, principalmente quando consideradas nesse contexto específico de interação social com políticas públicas, mídia nacional e comunicação.

Nesse sentido, é seguro dizer que, a partir deste estudo, constatamos que essas relações são marcadas por grande parte dos estigmas e preconceitos oriundos da sociedade não-indígena e não-quilombola contra a sua população LGBTQIAP+, nos quais toda experiência que fuja à uma suposta heteronormatividade e binarismo de gênero feminino e masculino é alvo de repressão, dentro e fora dos territórios.

Conseqüentemente, também foi possível observar diferentes e eficazes estratégias de mobilização desempenhadas pelos interlocutores para lutar contra essas violências e outros desafios, como por exemplo o “acúmulo” de preconceitos muito comumente expresso pela frase ofensiva bastante ouvida pelos interlocutores: “Além de indígenas, também é gay/sapatão?”.

Neste relatório, iremos apresentar algumas das principais maneiras através das quais os interlocutores participantes consomem, produzem e compartilham informações no contexto comunitário a que pertencem.

² Apenas uma participante se identificou como mulher cis hétero. Todos os demais interlocutores se identificaram como mulher trans, homem trans, homem cis gay, mulher cis lésbica, mulher cis bissexual e mulher cis pansexual.

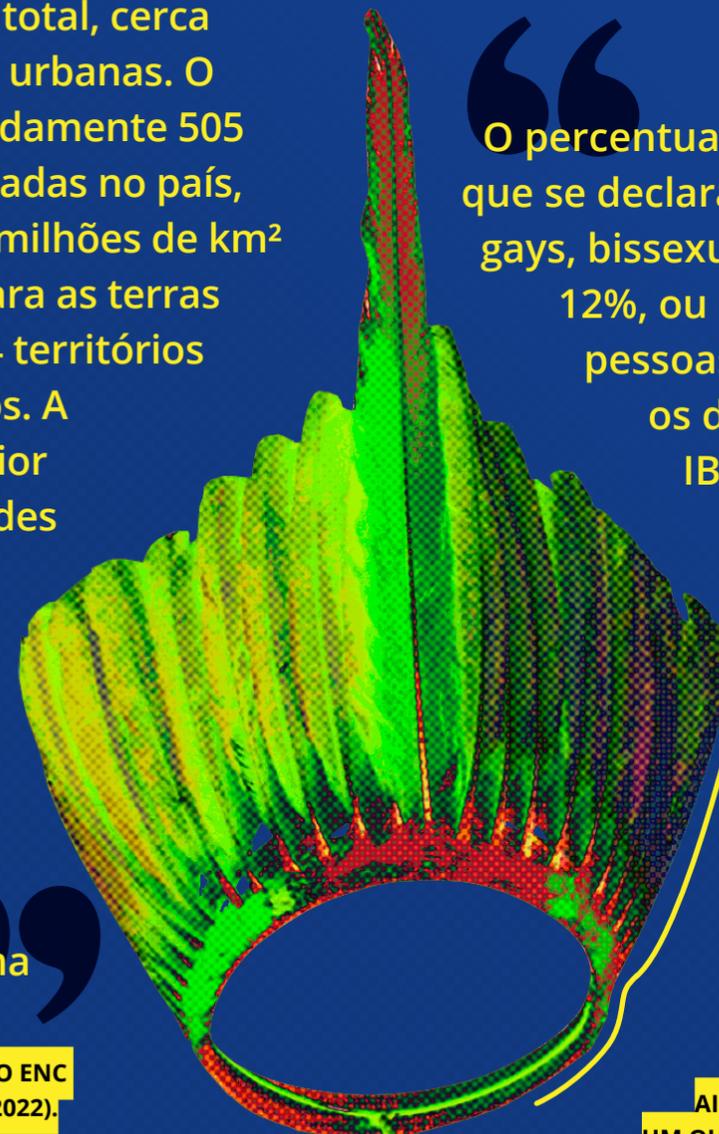
“No Brasil, existem aproximadamente 896.900 indígenas. Desse total, cerca de 36,2% vivem em áreas urbanas. O restante ocupa aproximadamente 505 Terras Indígenas identificadas no país, que cobrem cerca de 1,2 milhões de km² (cerca de 13% do país). Para as terras quilombolas, existem 404 territórios oficialmente reconhecidos. A Bahia é o estado com maior concentração de localidades quilombolas, seguido pelos estados de Minas Gerais, Maranhão e Pará. Existem localidades quilombolas distribuídas em todos os estados do Brasil, com exceção do Acre e Roraima”

(TRECHO RETIRADO DE UMA PUBLICAÇÃO ENC SOBRE QUALIDADE DO ENGAJAMENTO, 2022).

“O percentual de brasileiros adultos que se declaram assexuais, lésbicas, gays, bissexuais e transgênero é de 12%, ou cerca de 19 milhões de pessoas, levando-se em conta os dados populacionais do IBGE. É o que mostra um levantamento inédito conduzido por pesquisadores da Unesp e da USP e publicado na revista científica Nature Scientific Reports.

(NATURE, 2022).

AINDA NÃO HÁ DADOS OFICIAIS SOBRE UM QUANTITATIVO DE PESSOAS LGBTQIAP+ INDÍGENA E QUILOMBOLA NO BRASIL.



COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E CONFIANÇA

A partir da interlocução construída junto aos participantes das entrevistas e grupos focais, fica muito evidente a qualidade do engajamento desempenhado pelos povos indígenas e quilombolas do Brasil de maneira autônoma, em relação à uma organização coletiva para luta e defesa de seus direitos. **Destacam-se atividades de comunicação sempre preocupadas em articular e atingir o maior número possível de pessoas dentro das comunidades, além da habilidade no aproveitamento técnico e criativo empreendido nos meios de comunicação disponíveis que são, na maioria das vezes, escassos e insuficientes.**

São exemplos a criação de inúmeras associações indígenas e quilombolas, a realização periódica de assembleias, suas rádios comunitárias, os esforços em desenvolver ações de comunicação através das redes sociais e WhatsApp, sempre permeados pelos desafios de isolamento territorial e, mesmo quando em áreas urbanas, enfrentam a precariedade no acesso a bens e serviços de tecnologia digital.

Reflexo de uma herança colonial ainda não superada, a luta dos povos originários no Brasil acumula uma série de desrespeitos aos seus direitos, e na temática da comunicação e informação não é diferente. Entre os **desafios** enfrentados pelos povos indígenas e quilombolas está a **baixa representatividade de suas realidades na mídia nacional** que, quando não omissa em relação às pautas dos movimentos indígenas e quilombolas, atua como instrumento a serviço de interesses escusos na sua exploração. Soma-se a isso a **precarização na prestação de serviços básicos**, como o fornecimento de energia e sinal de internet e celular de qualidade e estável dentro dos territórios.

Quando voltamos nosso olhar para a população LGBTQIAP+,

ou para momentos de crise mundial como a pandemia da COVID-19, as violências e desigualdades de tratamento a que os povos indígenas e quilombolas estão submetidos ficam ainda mais explicitadas. No entanto, como já discutimos aqui, é preciso reconhecer que, em meio a tantos

ataques e desafios, existe um processo ativo e incansável de resistência e luta. Na construção deste estudo, tivemos a oportunidade de conhecer alguns aspectos significativos das redes de comunicação e informação desenvolvidas por diversos representantes do movimento indígena e quilombola. Adiante, iremos conhecer um pouco dessas experiências de luta e informação junto à população LGBTQIAP+ indígena e quilombola no Brasil, e possíveis ações coletivas para apoiar e fortalecer essas redes.

“DURANTE A PANDEMIA FOI MUITO DIFÍCIL MESMO, PORQUE MUITOS DELES TIVERAM QUE FICAR NESSA SITUAÇÃO DE CONVIVER DENTRO DE UMA FAMÍLIA QUE NÃO OS RESPEITA”

Assim como toda população LGBTQIAP+ no Brasil, segundo dados dos estudos publicados em 2020 e 2021 pela organização #VoteLGBT, os indígenas e quilombolas LGBTQIAP+ também sofreram impactos específicos e expressivos em decorrência da pandemia da COVID-19. O isolamento junto às suas famílias e comunidades muitas vezes os expuseram ao enfrentamento direto do preconceito, em razão do confinamento social em casa, outras vezes os expuseram ainda mais ao vírus, nos casos em que eram expulsos de suas casas.

De acordo com vários entrevistados em nossos grupos focais e entrevistas, as restrições à mobilidade e acesso impostas em razão da pandemia da COVID-19 pioraram sua

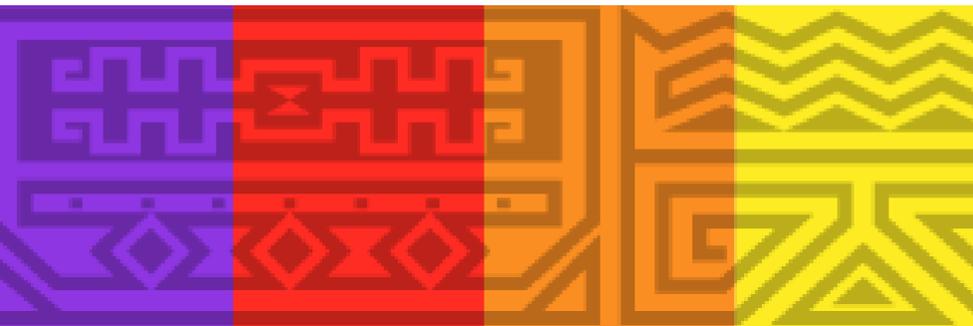




qualidade de vida e saúde mental. Isto porque eles haviam experimentado diferentes expressões de violência dentro de suas casas ocasionadas por conflitos com outros familiares sobre sua identidade LGBTQIAP+, inclusive sendo comum a necessidade de esconder e silenciar sua sexualidade em casa.

A realização e ampla divulgação **de ações de compartilhamento de informações, rodas de conversa, grupos de escuta e acolhimento** são fundamentais para administrarem esses conflitos e combaterem o preconceito que recai sobre a população LGBTQIAP+, além de garantirem alternativas para garantir sua segurança e saúde mental durante esses momentos.

Uma situação intrigante que demonstra essa importância



ocorreu durante um dos grupos focais realizados no decorrer da pesquisa. Uma das participantes narrou ter sido expulsa de casa durante a pandemia quando se assumiu enquanto mulher lésbica para sua mãe. Sem conhecer nenhum tipo de organização ou coletivo que pudesse ajudá-la, ela partiu numa viagem sem rumo junto com duas outras amigas também lésbicas, reconhecendo

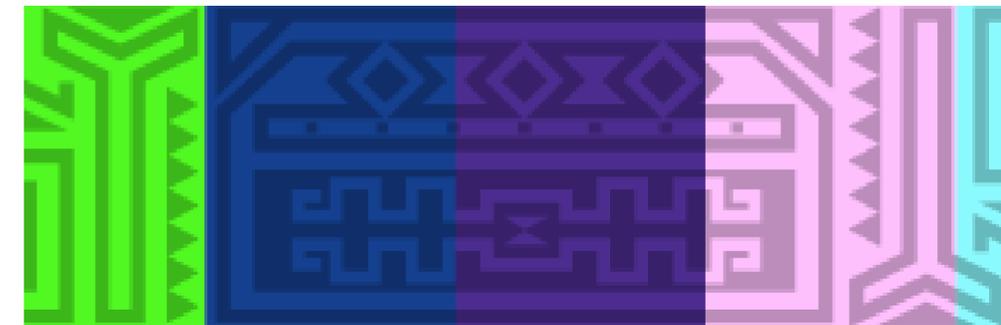
os riscos a que estavam se submetendo. Na época do grupo focal, ela já havia retornado à comunidade e estava tentando se estabelecer com sua família novamente. O curioso é que foi somente neste mesmo grupo focal que ela tomou conhecimento de uma iniciativa de abrigo para jovens LGBTQIAP+ que sofrem violência que opera justamente em uma região vizinha, mas da qual ela nunca tinha ouvido falar antes.

As questões de privacidade e segurança acabam limitando e definindo a interação com os participantes da pesquisa, também afetados pelo pouco tempo disponível para a mesma (4 meses para a pesquisa). Isto significa que, embora a maioria dos participantes tenha relatado ter sofrido discriminação e violência por ser LGBTQIAP+, poucos deram detalhes mais específicos sobre estas experiências traumáticas. Entretanto, “piadas” depreciativas, ameaças de “espancamentos corretivos”, isolamento de suas famílias por representantes da igreja em suas comunidades foram bastante recorrentes em suas narrativas. São estes episódios que motivam as saídas temporárias dos territórios e, no momento em que estas pessoas retornam, inspiram-nas a realizar atividades para lutar contra este tipo de discriminação.

As limitações ao desenvolvimento destas ações dentro dos territórios vão desde o próprio preconceito e a recusa de alguns líderes comunitários em participar desta discussão, até a falta de recursos, principalmente a ausência de um espaço físico para a realização destes eventos. Os participantes da pesquisa que são mais ativos no desenvolvimento destas atividades relataram que frequentemente utilizam suas próprias casas para este fim, porque muitas vezes não se sentem confortáveis em utilizar os espaços coletivos em suas próprias comunidades.

“Eu acho que aqui no meu quilombo durante a pandemia ela foi muito difícil acho que para todos nós, e para nós LGBTQs ainda mais, porque, por exemplo, eu sei de histórias de famílias que acabaram descobrindo que a pessoa era LGBT e aquilo ficou muito difícil porque tu não pode sair de casa, tu tem que conviver e enfrentar aquilo de frente, então para a gente que é LGBT, durante a pandemia foi muito difícil mesmo, porque muitos deles tiveram que ficar nessa situação de conviver dentro de uma família que não a respeita.”

LEONALDO BRANDÃO, QUILOMBOLA DA COMUNIDADE MÉDIO ITACURUÇÁ (PA), COORDENADOR LOCAL DA ARQUIA - ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DAS ILHAS DE ABAETETUBA E MEMBRO DA ADQ-UFPA.



“FALANDO CARA A CARA, A GENTE PELA GENTE”

A preferência por ações de engajamento e fortalecimento das redes de informação e comunicação que se desenvolvem de maneira **pessoal e presencial** é talvez o maior consenso entre os diferentes interlocutores que participaram desse estudo. Vale lembrar que eles pertencem a culturas, comunidades e experiências bastante diversas, mas sempre destacam a importância de se construir o movimento de maneira presencial e localmente. Por essa razão, este é o título desse documento.

Alguns fatores podem dar conta de explicar essa importância: não se trata apenas do fato de que o fenômeno da “inclusão digital” não se realizou de maneira democrática e igualitária no Brasil, portanto muitas vezes não sendo disponibilizada a esses povos e territórios, tampouco apenas pelas dificuldades de operação dessas redes geograficamente. É fundamental compreender os sentidos atribuídos aos processos de organização comunitária de cada um desses povos e comunidades, que culminam nos encontros coletivos e são diferentes entre si e entre os povos não-indígenas e não-quilombolas, e em virtude do contexto colonial já apresentado anteriormente, **o papel que essa presencialidade tem na construção da confiança.**

Ainda assim, aplicativos como WhatsApp e redes sociais como Instagram e Facebook são também bastante presentes, como importantes ferramentas complementares. Inclusive, o maior coletivo indígena LGBTQIAP+, que tem por volta de 4 anos de fundação, foi inicialmente

organizado de maneira virtual, só depois gerando encontros e uma articulação presencial no Acampamento Terra Livre. É o **Coletivo Tibira**, que conta com mais de 30 mil seguidores em seu perfil no Instagram. Rádios comunitárias independentes, produção de materiais impressos e carros de som também foram citados. Todos esses meios de comunicação são utilizados para divulgar informações e, principalmente, eventos organizados nas comunidades onde, presencialmente, serão construídos espaços de engajamento, conscientização e acolhimento.



“A gente tem vários grupos no WhatsApp. É o que o povo mais usa lá. Lá não pega sinal de telefone, é só wi-fi (...). Mas é só wi-fi, porque ainda tem uma internet que chegou, que conseguiram instalar uma antena e chega, porque senão não teria nem como a gente se falar. (...) É dividido assim [os grupos de WhatsApp]: tem as lideranças indígenas, o cacique... é porque é por aldeia também, e tem o representante da família, porque senão não ia dar todo mundo no mesmo grupo. Aí é dividido assim: (...) o responsável da família entra nesse grupo e repassa para todo mundo da família. Então, por exemplo, quando tem reunião, quando tem alguma informação importante, a gente vai compartilhando um com o outro. E, por exemplo, se chega uma notícia lá que não é verdade, alguém vai saber e vai falar. Falando cara a cara, a gente pela gente. Essa é uma das formas mais eficazes - senão a única - porque muita gente, por exemplo, não vai querer ler textão no Instagram, não vai querer ler textão no WhatsApp, e muita gente não lê.”

DANILO TUPINIKIM, INDÍGENA TUPINIQUIM DA COMUNIDADE INDÍGENA CAIEIRAS VELHA (ES), UM DOS FUNDADORES DO COLETIVO TIBIRA.

Para eles, ser gay ou travesti era algo sobrenatural - eles não tinham um senso de respeitar ou então de procurar entender o que era que se estava passando naquele momento por aquela pessoa, porque o motivo... ou se veio mesmo de nascença, o modo de ser, de se vestir daquela forma. Foram muitas rodas de conversa que a gente teve que levar para dentro daquela comunidade para poder entender e assimilar o que estava acontecendo com aquelas pessoas. E quando a gente levou palestrante com rodas de conversa, pessoas que lideravam já o movimento na cidade e em outras capitais, como o de Belém - a gente trouxe pessoas de Belém para palestrar - eles foram abrindo a mente de uma forma totalmente diferenciada, fazendo os seus julgamentos, mas não aquele julgamento de te matar e de te sufocar. Foram aqueles julgamentos de querer entender, querer que as pessoas explicassem para eles o que estava acontecendo naquele momento - qual era o processo, naquele momento, daquelas pessoas.

BEYONCÉ BATIDÃO, QUILOMBOLA DA COMUNIDADE DO CAMAÍPI E MAZAGÃO (AP), INTEGRANTE DO CELGBT - CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO AMAPÁ.

A pesquisa pode gerar um questionamento dentro das comunidades sobre a temática, eu acho isso positivo, porque isso faz com que se dentro da comunidade, a gente que está dentro da comunidade não consegue falar ainda, pelo menos o questionamento de fora pode gerar uma reflexão para dentro, mas a atuação para essas pessoas tem que ser da gente, eu acho que de fora não dá para chegar e dizer vamos falar sobre temática LGBTQIAP+ indígena aqui dentro, não dá, não rola e não vai dar certo. Mas aí eu acho que um resultado muito bom é gerar o questionamento dentro das comunidades, porque isso faz com que as pessoas comecem a refletir sobre.

TARRISON NAWA, INDÍGENA NAWA DA COMUNIDADE LOCALIZADA NO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO DIVISOR (AC), JORNALISTA E ANTROPÓLOGO, INTEGRANTE DO SETOR DE COMUNICAÇÃO DA COIAB - COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

“A GENTE SEMPRE PENSA NO COLETIVO”

Outro aspecto importante de ser destacado é o fato de que, embora obviamente nem todas as lideranças de todas as comunidades indígenas e quilombolas do Brasil sejam LGBTQIAP+, todos os interlocutores quilombolas e indígenas que colaboraram neste estudo são lideranças ou ativistas em suas comunidades. E como todos

fizeram questão de evidenciar, a luta LGBTQIAP+ não é algo posterior ou separado da luta quilombola ou indígena, mas faz parte e deve ser construída dentro do movimento. **A luta pelo respeito à diversidade de ser e viver no mundo conforme suas próprias tradições e costumes é a luta pela garantia dos direitos dos povos tradicionais, em especial seus direitos territoriais.**

Dessa forma, esse engajamento por eles desempenhado vai além também do próprio movimento LGBTQIAP+, incorporando mais esta luta pela diversidade no exercício das identidades justamente para dentro da luta do movimento indígena e quilombola.

Embora não tenhamos nos aprofundado nestes dados, na maioria dessas narrativas era possível notar a atuação decisiva que cada um dos interlocutores desempenhava em suas comunidades nas mais variadas mobilizações. Desde a participação ativa como lideranças nas suas respectivas associações, até mesmo no caso da pandemia da COVID-19, em que muitos deles atuaram na chamada linha de frente da comunidade.

Dois interlocutores de comunidades quilombolas distintas descreveram ações importantes em seus territórios que foram fundamentais no enfrentamento da pandemia. Uma delas descreveu que foram organizados “acampamentos” em áreas isoladas dentro da comunidade quilombola, para que as pessoas contaminadas pudessem ficar até sua recuperação em um ambiente familiar e seguro, em meio às superlotações das unidades de saúde. Já o outro contou sobre a ação que os próprios membros da comunidade realizaram em delegar funções entre si para organizar o recebimento da vacina, em um momento que o Ministério da Saúde apenas disponibilizou um técnico e as doses para os territórios, sem maiores infraestruturas.

A gente tem projetos sociais de ações no decorrer do ano todo, não só para a classe LGBT, mas também para idosos, crianças, adolescentes, parceria com o Conselho Tutelar, com o MP do estado. São vários trabalhos, a gente carrega várias bandeiras, mas as principais são a social e a LGBT aqui dentro do estado. A gente sempre pensa no coletivo.

BEYONCÉ BATIDÃO, QUILOMBOLA DA COMUNIDADE DO CAMAÍPI E MAZAGÃO (AP), INTEGRANTE DO CELGBT - CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO AMAPÁ.

A prefeitura garantiu a pessoa que vinha aplicar, mas era a gente que organizava a escola, organizava a fila, fazia a triagem. Aqui no nosso quilombo foi muito legal, porque a gente envolveu a comunidade mesmo, principalmente os estudantes de enfermagem, biomedicina, medicina, então eram eles que faziam a triagem para saber se a pessoa teve febre, se ela teve gripe, se ela estava se sentindo bem, aferia a temperatura.

LEONALDO BRANDÃO, QUILOMBOLA DA COMUNIDADE MÉDIO ITACURUÇÁ (PA), COORDENADOR LOCAL DA ARQUIA - ASSOCIAÇÃO DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS DAS ILHAS DE ABAETETUBA E MEMBRO DA ADQ-UFPA.

"A MAIORIA DAS PESSOAS QUE FIZERAM O MAIOR TRABALHO DENTRO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS ERAM PESSOAS DA SIGLA"

Por fim, cabe ressaltar um dado muito interessante que se configura quase como um paradoxo, e está relacionado com o que já discutimos acima sobre a atuação sempre comunitária e coletiva das associações e indivíduos LGBTQIAP+ nas comunidades indígenas e quilombolas para além das questões sobre gênero e sexualidade.

Ao mesmo tempo em que episódios de violência, repressão e preconceito contra as populações indígenas e quilombolas LGBTQIAP+ sejam inegáveis, muitas comunidades possuem e reconhecem em seus quadros de liderança pessoas que se identificam como LGBTQIAP+. São pessoas fundamentais para a luta dos povos tradicionais de forma geral, mas sobretudo figuras importantes e que fazem a diferença diariamente em suas comunidades.

Mesmo assim, eles ainda sofrem episódios de discriminação por causa de sua sexualidade. Esta observação é importante no contexto de qualquer pesquisa com populações LGBTQIAP+, pois demonstra a complexidade das diferentes formas de preconceito e discriminação enfrentadas por elas.

Talvez nessa constatação de experiências vividas na prática e aqui compartilhadas, que retratam uma realidade complexa, contraditória e dinâmica, própria das interações sociais, estejam as pistas capazes de fornecer interessantes reflexões e estudos futuros que possam contribuir e fortalecer a luta, não apenas dos povos tradicionais, mas de toda a sociedade brasileira no combate ao preconceito e violências de gênero e sexualidade. É o que esperamos que estes dados possam oferecer para os leitores.

AS LUTAS TAMBÉM DEVEM SER FEITAS DE SONHOS.

Talvez alguns não gostem de falar sobre isso e dizer eu sou isso ou sou aquilo, mas a gente sabe que a maioria das pessoas que fizeram o maior trabalho dentro das comunidades indígenas eram pessoas da sigla, gente, porque eram pessoas que tinham a preocupação e a sensibilidade para lidar com isso.

TARRISON NAWA, INDÍGENA NAWA DA COMUNIDADE LOCALIZADA NO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO DIVISOR (AC), JORNALISTA E ANTROPÓLOGO, INTEGRANTE DO SETOR DE COMUNICAÇÃO DA COIAB - COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.



CONCLUSÃO

Para que seja possível a elaboração de um Diagnóstico do Ecosistema de Informação (DEI) junto a um determinado grupo ou comunidade, é preciso estabelecer com ela uma relação de interlocução que seja principalmente colaborativa e de confiança.

Isto significa que o envolvimento ativo da comunidade é fundamental e indispensável para identificar como funcionam suas redes de informação e comunicação, mapear os desafios por elas enfrentados e conhecer as suas demandas, para então traçar ações de fortalecimento que considerem primordialmente as características dinâmicas, diversas e

específicas de cada Ecosistema de Informação.

Acreditamos que só foi possível realizar este estudo a partir das colaborações generosas e voluntárias de todos os interlocutores participantes, de modo que quaisquer ações a serem desenvolvidas e propostas a partir dele também só poderão ser desempenhadas com sucesso se contarem igualmente com o envolvimento ativo de cada comunidade.

Aluta pelos direitos dos povos indígenas e quilombolas no Brasil é secular e permeada por desafios e violências. A pandemia da COVID-19 foi apenas mais um agravante, que explicitou a

maneira como **o Estado brasileiro distribui desigualmente o acesso a direitos humanos, constitucionais e sanitários entre sua população**. A infodemia também não é uma novidade para os povos indígenas e quilombolas, que desde sempre sofrem com verdadeiras campanhas de difamação e desinformação acerca de seus direitos, suas culturas e, como vimos neste relatório, suas diversas formas de expressão de sexualidade e gênero.

Ainda assim, as comunidades indígenas e quilombolas demonstram uma qualidade bastante perceptível em termos de engajamento, resistência e luta, sobretudo em termos de uma organização autônoma, independente e interna nas estratégias para esse enfrentamento. Em termos comunicacionais, vimos que suas redes de comunicação e informação são bastante confiáveis entre os membros de suas comunidades, e mesmo diante das limitações de acesso à Internet, energia elétrica e aparelhos como celulares e notebooks dentro dos seus territórios, possuem grande alcance entre si. **Talvez seus maiores desafios estejam em serem ouvidos, respeitados e reconhecidos fora de seus territórios, uma vez que é possível afirmar que a grande mídia e as instituições públicas majoritariamente não produzem informações confiáveis sobre eles.**

Nossas expectativas são de que futuras pesquisas possam ser realizadas com base nos caminhos e interlocutores aqui apontados inicialmente, de modo que seja possível um aprofundamento sobre as demandas e especificidades dos contextos levantados. E também que as recomendações deste relatório cheguem às organizações humanitárias e de comunicação que estão comprometidas a se engajar na luta.

Esperamos que os dados aqui descritos e demonstrados sirvam para provocar ações de engajamento, fortalecimento, divulgação e apoio a respeito das lutas dos povos indígenas e quilombolas pelos seus direitos de ser e viver conforme suas próprias tradições, sendo imprescindível para tal a garantia do direito aos seus territórios e identidades.



ALGUNS CONTATOS

IMPORTANTES DE

COMUNICADORES,

ATIVISTAS, ASSOCIAÇÕES E

DOCUMENTÁRIO

CARTILHAS

Vote LGBT + Via
Campesina + Manifesto
"Colorindo a luta em
defesa do território"

ASSOCIAÇÕES

Coletivo Tibira
Coletivo Caboclas
Coletivo Sapato Preto
ADQ-UFPA
ATHENA CORES - RR
Grupo Diversidade - RR
ATERR - RR
@indigenaslgbtq
@indigenaslgbt_crateus

PESSOAS

Danilo Tupinikim
(indígena Tupinikim, Coletivo Tibira, comunidade Caieiras
Velha - ES)

Jessyka Yakecan Potyguara
(indígena Potyguara, Coletivo Caboclas, Crateús - CE)

Tarisson Nawa
(indígena Nawa, comunidade na área do Parque Nacional
da Serra do Divisor, AC)

Beyoncé Batidão
(comunidade quilombola do Camaipi e Mazagão - AP,
Conselho Estadual LGBTQIAP+ do Amapá)

Leonaldo Brandão
(ADQ-UFPA, comunidade quilombola Médio Itacuruçá, PA)

Jonas Gomes
(ADQ-UFPA, comunidade quilombola Baixo Itacuruçá, PA)

DOCUMENTÁRIOS

Terra sem Pecado (2019)
+
Sempre Existimos (2021)
+
Perudá (2019)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACONTECE, ANTRA, ABGLT.. **Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil:** Dossiê 2021. Acontece Arte e Política LGBTI+; ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais); ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos). Florianópolis, SC: 2022.
- ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Manual de Comunicação LGBT.** Curitiba: ABGLT, 2010.
- APIB - Indígenas LGBTI+ do Brasil. **Colorindo a luta em defesa do território.** 2022. Disponível em <https://bityli.com/O4vLV> Acesso em 18 out. 2022.
- CANCELA, Cristina Donza; DA SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu; MACHADO, Almiros. Caminhos de uma pesquisa acerca da sexualidade em aldeias indígenas no Mato Grosso do Sul. **Revista de Antropologia**, p. 199-235, 2010.
- DATAFOLHA – Instituto de **Pesquisas. Pesquisa do Orgulho.** São Paulo: DataFolha, 2022.
- FERNANDES, Estevão Rafael. A colonização das sexualidades indígenas: Um esboço interpretativo. **Enfoques**, v. 15, n. 1, p. 50-56, 2016.
- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública.** Edição XIII. São Paulo, 2019.
- GRAMKOW, Márcia Maria; SACCHI, Ângela (org.). **Gênero e povos indígenas:** coletânea de textos produzidos para o “Fazendo Gênero 9” e para a “27ª Reunião Brasileira de

Antropologia”. Rio de Janeiro, Brasília: Museu do Índio - FUNAI e GIZ, 2012

- SPIZZIRRI, Giancarlo et al. Proportion of ALGBT adult Brazilians, sociodemographic characteristics, and self-reported violence. **Scientific reports**, v. 12, n. 1, p. 1-8, 2022.
- UNHCHR - United Nations Office of the High Commissioner for Human Rights. **Nascidos livres e iguais:** orientação sexual e identidade de gênero no regime internacional de direitos humanos. Nova York e Genebra, 2012, Brasília, 2013. Disponível em <https://bityli.com/U4SPa> Acesso em 20 nov. 2022.
- VIA CAMPESINA - BRASIL. **Diversidade sexual e de gênero na Via Campesina:** Rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no campo. Via Campesina - Brasil. 2020.
- VOTELGBT. **Diagnóstico LGBT+ na pandemia** - Desafios da comunidade LGBT+ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia de Coronavírus. 2020.
- VOTELGBT. **Diagnóstico LGBT+ na pandemia 2021** - Desafios da comunidade LGBT+ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia de Coronavírus. 2021.

DOCUMENTÁRIOS

- **Perudá: webdocumentário sobre indígenas LGBTQ+ do Brasil** (2019). Direção: Daniel Bianchi Sakimoto e Maria Gabriela Zanotti de Ataíde. Webdocumentário. Disponível em <https://peruda.com.br/>

- **Sempre Existimos** (2021). Direção: Tanaíra Sobrinho Terena. Produção: Bruno Ribeiro. Youtube. Documentário (17min.). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6EDEFE-23GE>

- **Terra sem Pecado** (2019). Direção: Marcelo Costa Krahô. Produção: Marcelo Costa Krahô; Sônia Vilas Boas. Youtube. Documentário (20min.). Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=BUuqAd-Gq8w>

SITES

- APIB. **Tire seu preconceito do meu caminho que quero passar com o meu cocar.** 2022. Disponível em <https://bityli.com/L9BUA> Acesso em 18 out. 2022.
- CONAFER - Confederação Nacional de Agricultores Familiares e Empreendedores Familiares Rurais. **Antes do preconceito do colonizador havia uma terra sem pecado.** 2020. Disponível em <https://bityli.com/x2L1L> Acesso em 20 out. 2022.
- JORNAL DA UNESP. **Levantamento quantitativo pioneiro na América Latina mapeia comunidade ALGBT no Brasil.** 2022. Disponível em <https://bityli.com/xJtuF> Acesso em 30 out. 2022.
- MÍDIA NINJA. **Indígenas LGBTQIAP+ estão “colorindo a luta em defesa do território”.** 2022. Disponível em <https://bityli.com/ftrN4> Acesso em 13 out. 2022.
- MÍDIA NINJA. **Yakecan: uma raiz-cabocla de Crateús para o arco-íris.** 2022. Disponível em <https://bityli.com/lgph2> Acesso em 20 out. 2022.

ANEXOS

I. LISTA DE SIGLAS

✦ **ADQ - UFPA**

Associação de Discentes Quilombolas da Universidade Federal do Pará

✦ **APIB**

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

✦ **APOINME**

Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo

✦ **ARQUIA**

Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos das Ilhas de Abaetetuba (PA)

✦ **ATERR**

Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado de Roraima

✦ **CELGEBT**

Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Amapá

✦ **COIAB**

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira

✦ **DEI**

Diagnóstico de Ecossistema de Informação

✦ **MALUNGU**

Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará

✦ **CONAQ**

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

✦ **LGBTQIAP+**

Lésbicas, gays, biessuais, transexuais, transgêneros e travestis, queer, intersexuais, assexuais, panssexuais e mais

✦ **EnC**

Projeto Enraizado na Confiança 2.0 Brasil

✦ **ONG**

Organização não governamental



CRÉDITOS

EQUIPE

PESQUISA, ANÁLISE E TEXTO

Paloma Monteiro

(INTERNEWS, PESQUISADORA)

REVISÃO

Xiomara Huni-Carston

(INTERNEWS, PESQUISADORA ESPECIALISTA)

Heber Costa

(INTERNEWS, GERENTE REGIONAL)

Isadora Starling

(INTERNEWS, GERENTE DO PROJETO)

Valentina Calado Pompermaier

(INTERNEWS, PESQUISADORA)

ORGANIZAÇÃO E APOIO NOS GRUPOS FOCAIS

Paloma Monteiro

(INTERNEWS, PESQUISADORA)

Samilly Valadares

(INTERNEWS, OFICIAL DE ENGAJAMENTO
COMUNITÁRIO E ACCOUNTABILITY)

Julhy Van Den Berg

(INTERNEWS, CRIADORA DE CONTEÚDO)

Yasmin Silva Calandrini de Azevedo

(INTERNEWS, OFICIAL DE PROJETO)

Conaq-AP

Malungu

ILUSTRAÇÕES E DIAGRAMAÇÃO

Julhy Van Den Berg

(INTERNEWS, CRIADORA DE CONTEÚDO)

Ganaëlle Tilly

(INTERNEWS, DESIGNER GRÁFICO ESPECIALISTA)



Este estudo foi produzido no âmbito do projeto Enraizado na Confiança, desenvolvido pela Internews no Brasil.



USAID
FROM THE AMERICAN PEOPLE



Internews



**Enraizado
na Confiança**

www.INTERNEWS.org

A Internews é uma organização internacional sem fins lucrativos que empodera pessoas ao redor do mundo com informações confiáveis e de qualidade necessárias para que possam tomar para si o compromisso de participar atividade de suas comunidades tomando decisões bem informadas.